

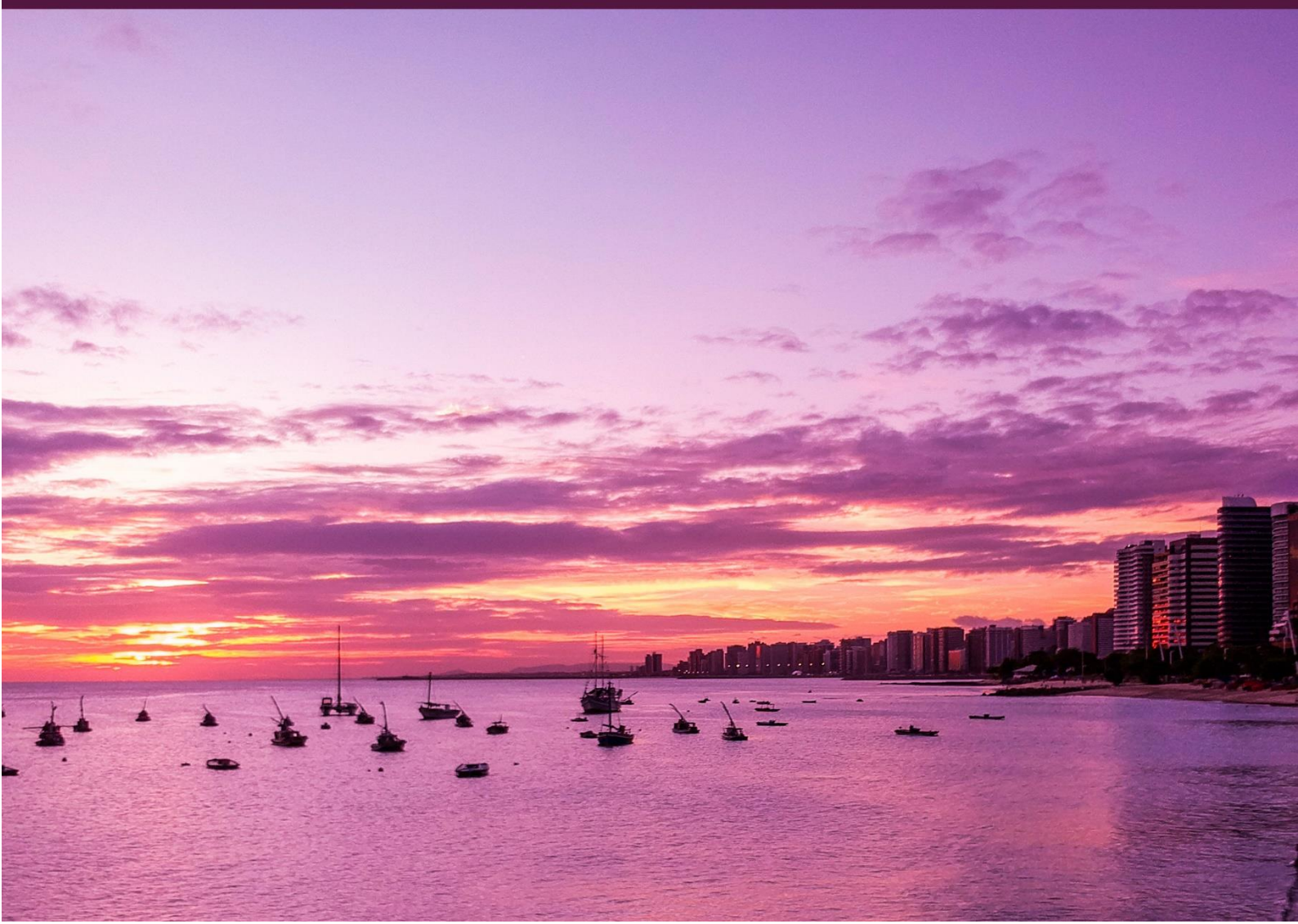


**Estratégia**  
CONCURSOS

**1º SIMULADO**

**TJ-CE**

**TÉCNICO JUDICIÁRIO**  
**ÁREA JUDICIÁRIA**



# Simulado Especial

## Simulado TJ CE – Técnico Judiciário

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ CE;
- 2 – A prova contém **70 itens** que abordam conhecimentos previstos no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-Técnico-Judiciário-27-07>**

01 – (A) (B) (C) (D) (E)  
02 – (A) (B) (C) (D) (E)  
03 – (A) (B) (C) (D) (E)  
04 – (A) (B) (C) (D) (E)  
05 – (A) (B) (C) (D) (E)  
06 – (A) (B) (C) (D) (E)  
07 – (A) (B) (C) (D) (E)  
08 – (A) (B) (C) (D) (E)  
09 – (A) (B) (C) (D) (E)  
10 – (A) (B) (C) (D) (E)  
11 – (A) (B) (C) (D) (E)  
12 – (A) (B) (C) (D) (E)  
13 – (A) (B) (C) (D) (E)  
14 – (A) (B) (C) (D) (E)  
15 – (A) (B) (C) (D) (E)  
16 – (A) (B) (C) (D) (E)  
17 – (A) (B) (C) (D) (E)  
18 – (A) (B) (C) (D) (E)  
19 – (A) (B) (C) (D) (E)  
20 – (A) (B) (C) (D) (E)  
21 – (A) (B) (C) (D) (E)  
22 – (A) (B) (C) (D) (E)  
23 – (A) (B) (C) (D) (E)  
24 – (A) (B) (C) (D) (E)

25 – (A) (B) (C) (D) (E)  
26 – (A) (B) (C) (D) (E)  
27 – (A) (B) (C) (D) (E)  
28 – (A) (B) (C) (D) (E)  
29 – (A) (B) (C) (D) (E)  
30 – (A) (B) (C) (D) (E)  
31 – (A) (B) (C) (D) (E)  
32 – (A) (B) (C) (D) (E)  
33 – (A) (B) (C) (D) (E)  
34 – (A) (B) (C) (D) (E)  
35 – (A) (B) (C) (D) (E)  
36 – (A) (B) (C) (D) (E)  
37 – (A) (B) (C) (D) (E)  
38 – (A) (B) (C) (D) (E)  
39 – (A) (B) (C) (D) (E)  
40 – (A) (B) (C) (D) (E)  
41 – (A) (B) (C) (D) (E)  
42 – (A) (B) (C) (D) (E)  
43 – (A) (B) (C) (D) (E)  
44 – (A) (B) (C) (D) (E)  
45 – (A) (B) (C) (D) (E)  
46 – (A) (B) (C) (D) (E)  
47 – (A) (B) (C) (D) (E)  
48 – (A) (B) (C) (D) (E)

49 – (A) (B) (C) (D) (E)  
50 – (A) (B) (C) (D) (E)  
51 – (A) (B) (C) (D) (E)  
52 – (A) (B) (C) (D) (E)  
53 – (A) (B) (C) (D) (E)  
54 – (A) (B) (C) (D) (E)  
55 – (A) (B) (C) (D) (E)  
56 – (A) (B) (C) (D) (E)  
57 – (A) (B) (C) (D) (E)  
58 – (A) (B) (C) (D) (E)  
59 – (A) (B) (C) (D) (E)  
60 – (A) (B) (C) (D) (E)  
61 – (A) (B) (C) (D) (E)  
62 – (A) (B) (C) (D) (E)  
63 – (A) (B) (C) (D) (E)  
64 – (A) (B) (C) (D) (E)  
65 – (A) (B) (C) (D) (E)  
66 – (A) (B) (C) (D) (E)  
67 – (A) (B) (C) (D) (E)  
68 – (A) (B) (C) (D) (E)  
69 – (A) (B) (C) (D) (E)  
70 – (A) (B) (C) (D) (E)



**PORTUGUÊS**

“Vidal de La Blache definiu o objeto da Geografia como a relação homem-natureza, na perspectiva de paisagem. Colocou o homem como um ser ativo, que sofre a influência do meio, porém que atua sobre este, transformando-o. Observou que as necessidades humanas são condicionadas pela natureza, e que o homem busca as soluções para satisfazê-las nos materiais e nas condições oferecidos pelo meio.

Neste processo de trocas mútuas com a natureza, o homem transforma a matéria natural, cria formas sobre a superfície terrestre: para Vidal, é aí que começa a “obra geográfica do homem”. Assim, na perspectiva vidalina, a natureza passou a ser vista como possibilidades para a ação humana; daí o nome de Possibilismo, dado a esta corrente por Lucien Febvre. A teoria de Vidal concebia o homem como hóspede antigo de vários pontos da superfície terrestre, que em cada lugar se adaptou ao meio que o envolvia, criando, no relacionamento constante e cumulativo com a natureza, um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes, que lhe permitiram utilizar os recursos naturais disponíveis. A este conjunto de técnicas e costumes, construído e passado socialmente, Vidal denominou “gênero de vida”, o qual exprimiria uma relação entre a população e os recursos, uma situação de equilíbrio, construída historicamente pelas sociedades. A diversidade dos meios explicaria a diversidade dos gêneros de vida”. O homem vem coexistindo com a natureza dessa forma desde os primórdios da humanidade, a construção de “gêneros de vida” é uma obra humana ancestral.

MORAES, A.C.R. Geografia: pequena história crítica. São Paulo: Annablume, 2007, p. 81.

**01.** Sobre esse fragmento textual, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Os meios seriam diversos porque os gêneros de vida são diversos.
- b) O homem influencia o meio e por ele é influenciado.
- c) Parte das necessidades humanas é imposta pela natureza, parte é autodeterminada pelo homem.
- d) A “obra geográfica do homem” envolve transformar a matéria natural para atender necessidades.
- e) “Gêneros de vida” são técnicas e costumes oriundos do contato do homem com a natureza.

**02.** O segmento aborda estudo ligado à geografia, “estudo científico da Terra, de suas características físicas, climas, solos e vegetações, das relações entre o meio natural e os grupos, da distribuição da vida sobre ela, incluindo a vida humana e os efeitos das atividades do homem”. O radical “logia” traz sentido semelhante e é também usado na formação de palavras que designam campos científicos: geologia, psicologia, andrologia.

Assinale a opção que indica o vocábulo formado por esse mesmo radical (-logia) e mostra seu significado corretamente.

- a) Filologia: estudo das relações sociais.
- b) Biologia: estudo dos habitats.
- c) Pneumologia: estudo dos vários tipos de borracha.
- d) Ideologia: estudo de deficiências mentais.
- e) Ginecologia: estudo das doenças privativas das mulheres.

**03.** De acordo com o texto, pode-se resumir a dinâmica do homem com a natureza como uma relação

- a) ativa
- b) passiva
- c) reflexiva
- d) recíproca
- e) consensual

**04.** Colocou o homem como um ser ativo, que sofre a influência do meio, porém atua sobre este...

Uma forma correta e equivalente de grafar o período acima seria

- a) Colocou o homem como um ser ativo, o qual sofre a influência do meio, embora atua sobre este...
- b) Colocou o homem como um ser ativo, que sofre a influência do meio, apesar de atuar sobre este...
- c) Colocou o homem como um ser ativo, o qual sofre a influência do meio, mesmo quando atua sobre este...
- d) Colocou o homem como um ser ativo, que embora sofre a influência do meio, atua sobre este...
- e) Colocou o homem como um ser ativo, que embora sofra a influência do meio, atua sobre ele...

**05.** “O homem **vem coexistindo** com a natureza dessa forma desde os primórdios da raça humana.”

A forma verbal sublinhada tem valor de uma ação que

- a) começou no passado e continua no presente.
- b) mostra uma ação anterior a outra ação passada.
- c) ocorre, provavelmente, no presente e no futuro.
- d) começa e termina no presente.
- e) se repete no passado.

**06.** “é **aí** que começa a “obra geográfica do homem”

Sobre a estrutura e relações semânticas do fragmento acima, assinale a alternativa correta:

- a) o advérbio “aí” refere-se a uma ideia de lugar em que o homem habita
- b) o advérbio “aí” refere-se a uma ideia de tempo em que o homem sobrevive
- c) o advérbio “aí” refere-se a uma relação do homem com a natureza
- d) o advérbio “aí” refere-se a uma expressão ainda a ser mencionada
- e) o advérbio “aí” introduz uma relação coesiva catafórica

**07.** Tendo em vista a sua organização e sua tipologia, o texto acima é classificado como predominantemente

- a) descritivo, pois detalha características físicas do homem e das paisagens naturais onde habita
- b) dissertativo-expositivo, uma vez que tem como foco a apresentação neutra de concepções teóricas de Vidal de La Blache.
- c) dissertativo-argumentativo, já que apresenta dados técnicos para defender a tese de que o homem prejudica a natureza para atender às suas necessidades.
- d) narrativo, tendo em vista que conta a história da evolução teórica de Vidal de La Blache, com elementos indicativos da passagem do tempo.
- e) injuntivo, porque traz regras gerais e abstratas para orientar o leitor sobre como entender o papel humano na natureza.

**08.** Ocorre erro de pontuação no seguinte segmento:

- a) Observou que as necessidades humanas são condicionadas pela natureza, e que o homem busca as soluções para satisfazê-las nos materiais e nas condições oferecidos pelo meio.
- b) Colocou o homem como um ser ativo, que sofre a influência do meio, porém que atua sobre este, transformando-o.
- c) Vidal de La Blache definiu o objeto da Geografia como a relação homem-natureza, na perspectiva de paisagem.
- d) Assim, na perspectiva vidalina, a natureza passou a ser vista como possibilidades para a ação humana.
- e) Neste processo de trocas mútuas com a natureza, o homem transforma a matéria natural, cria formas sobre a superfície terrestre: para Vidal, é aí que começa a "obra geográfica do homem".

**09.** Os vocábulos cuja acentuação gráfica pode ser justificada simultaneamente por duas regras são:

- a) destrói / fiéis;
- b) relâmpago/folclórico;
- c) história/paciência;
- d) têm/vêm;
- e) pás/três;

**10.** O segmento textual em que a preposição é uma exigência de um termo anterior é:

- a) na perspectiva **de** paisagem
- b) **para** satisfazê-las nos materiais e nas condições oferecidos pelo meio
- c) cria formas **sobre** a superfície terrestre
- d) a construção **de** "gêneros de vida" é uma obra humana ancestral.
- e) como hóspede antigo **de** vários pontos

**11.** Dentre as frases abaixo, aquela que se mostra inteiramente correta e adequada é:

- a) As partes envolvidas estão ao par do que está sendo feito;
- b) Esse projeto, a grosso modo, pode resolver uma parte do problema;
- c) A princípio, ninguém saiu ferido do acidente;
- d) O filme, segundo a crítica, nada tinha a haver com o livro;
- e) A mim não me agrada esse tipo de música.

**12.** Observe as quatro ocorrências do acento grave indicativo da crase:

- (1) "A tentativa de criar uma ação que vise à normatização dos currículos"
- (2) "O novo modelo econômico tornou esses artigos inacessíveis à grande massa populacional"
- (3) "À medida que o desempenho aumenta, ficamos mais confiantes"
- (4) e "Essa abordagem às vezes não funciona para determinadas pessoas".

Os casos de crase que correspondem à união de **preposição + artigo definido** são:

- a) 1 e 2;
- b) 1 e 4;
- c) 2 e 3;
- d) 3 e 4;
- e) todos eles.

**13.** A frase abaixo que exemplifica uma incoerência é:

- a) "Ser ou não ser, eis a questão" (William Shakespeare)
- b) "Nada é permanente, exceto a mudança" (Heráclito)
- c) "Perseverança não é uma corrida longa, são muitas corridas curtas, uma após a outra". (Walter Elliot)
- d) "Penso, logo existo" (René Descartes)
- e) "Eu faço tudo e o impossível e você não dá valor" (Raça Negra)

14. Analise os elementos textuais da imagem a seguir e assinale a alternativa **incorreta**:

- a) o gênero textual é uma propaganda.
- b) há presença de traço injuntivo no texto.
- c) a palavra "suar" foi empregada em seu sentido lógico.
- d) verifica-se a presença de ambiguidade proposital.
- e) infere-se a possibilidade de variação de preço.

15. **OAB não aceitará inscrição de acusados de agressão contra LGBT**

Órgão decidiu por unanimidade barrar inscrição de bacharéis acusados de agressão em razão de orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero.

Sobre as estruturas e sentidos do fragmento acima, assinale a alternativa incorreta.

- a) Infere-se que "órgão" faz referência à OAB — Ordem dos Advogados do Brasil —, termo presente no título da manchete.
- b) A sigla OAB não foi especificada por extenso, sugerindo que o autor entende que é de conhecimento geral.
- c) A decisão de impedir a inscrição de bacharéis acusados de agressão em razão de orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero foi consensual.
- d) O termo "de agressão" complementa um adjetivo.
- e) A decisão mencionada tem como base a orientação sexual dos bacharéis.

16. Na expressão "ideia revolucionária" é possível alterar a ordem de suas palavras (revolucionária ideia) sem que isso modificasse suas classes gramaticais; a opção abaixo em que isso também ocorre é:

- a) novas roupas;
- b) artista menor;
- c) imigrante engenheiro;
- d) velho jornalista;
- e) fanático republicano.

17. O substantivo "mal-entendido" forma o plural da mesma forma que:

- a) tenente-coronel;
- b) sexta-feira;
- c) guarda-civil;
- d) alto-falante;
- e) pão-de-forma.

18. Assinale a opção em que a frase mostra erro de concordância nas expressões percentuais.

- a) Segundo a pesquisa, apenas 1% da amostra têm tudo que deseja.
- b) Nesta empresa, apenas 10% dos funcionários vão trabalhar de carro.
- c) Mais valem 10% do prêmio total do que 100% do mínimo.
- d) O Brasil é o único país do mundo com 110% de corrupção.
- e) Havia 50% de bons jogadores no campeonato universitário.

19. Analise as afirmativas abaixo sobre regência verbal.

- 1– Está correta quanto à regência verbal a seguinte frase: "Os competidores obedeceram às instruções do juiz".
- 2– As duas frases a seguir estão corretas quanto à regência: "O músico assistiu os alunos na apresentação" / "O músico assistiu aos alunos na apresentação".
- 3– "Vestiu a roupa e foi-se embora." Nesta frase, temos exemplo de verbo pronominal.
- 4– Na frase "Caipirinha, a bebida que todos os brasileiros gostam", o verbo "gostar" é transitivo direto e, por isso, não é precedido de preposição.

Assinale a opção que indica as afirmativas corretas.

- a) 1 – 3
- b) 1 – 2
- c) 2 – 3
- d) 3 – 4
- e) 2 – 4

**20.** A frase em que está correto o emprego de um dos parônimos **mandado/mandato** é:

- a) O mandado de Presidente dura 4 anos;
- b) O criminoso com mandato de prisão em aberto foi encontrado;
- c) A polícia tinha mandado de busca para entrar no apartamento;
- d) Os funcionários desejavam que seu mandado de diretor chegasse ao fim;
- e) O mandato de apreensão foi expedido há dois dias.

**21.** As palavras que mostram **desobediência** ao Novo Acordo Ortográfico são:

- a) pêlo / vitória / micro-processador;
- b) micro-processador / pêlo / show;
- c) enjôo / pêlo / micro-processador
- d) pêlo / Show / enjôo;
- e) show / pêlo / vitória.

**22.** "O cenário internacional não trouxe apenas questionamentos **críticos** e **filosóficos**"...

Se juntarmos os adjetivos sublinhados em um só vocábulo, a forma adequada será

- a) críticos-filosóficos.
- b) crítico-filosóficos.
- c) críticos-filosófico.
- d) crítico-filosóficos.
- e) críticos-filosóficos.

### **ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ**

**23.** São órgãos do Poder Judiciário do Estado do Ceará, entre outros

- a) O Tribunal de Justiça; os Tribunais do Júri; a Auditoria Militar; os Juízes de Direito e os Desembargadores.
- b) O Tribunal de Justiça; a Justiça de Paz; o Tribunal Pleno e os Juizados Especiais Cíveis.
- c) O Tribunal Pleno; o Órgão Especial; a Seção Criminal e as Câmaras de Direito Privado.
- d) As Turmas Recursais dos Juizados Especiais; os Tribunais do Júri; a Auditoria Militar e os Juízes de Direito Substitutos.
- e) O Tribunal Pleno; o Órgão Especial; a Justiça de Paz e os Juízes de Direito.

**24.** Acerca da divisão territorial do Estado do Ceará, para fins de administração da Justiça, é correto afirmar

- a) As comarcas sempre equivalem a um conjunto de municípios contíguos.

b) As comarcas do Estado serão agrupadas de zonas judiciárias.

c) Cada Vara Judicial equivale a um distrito judiciário.

d) As comarcas correspondem a um ou múltiplos municípios.

e) Os municípios que não forem sedes de comarcas serão qualificados como comarcas distritais

**25.** Acerca da Organização Judiciária do Estado do Ceará, assinale a alternativa correta

a) A Justiça Estadual em segundo grau é constituída pelo Tribunal de Justiça.

b) O Tribunal de Justiça compõe-se de 43 desembargadores mais o Presidente, Vice-Presidente e o Corregedor-Geral.

c) O Órgão Especial é constituído por 19 desembargadores eleitos.

d) Cada Câmara será composta por 5 Desembargadores, sendo os julgamentos tomados pelo voto de 4 deles.

e) O Conselho da Magistratura é composto pelo Presidente do Tribunal de Justiça, que o preside, do Vice-presidente, do Corregedor-Geral da Justiça e de quatro (04) Desembargadores designados pelo Órgão Especial.

**26.** Acerca da composição do Tribunal de Justiça, assinale a alternativa incorreta

a) o Tribunal de Justiça terá em sua composição membros oriundos da carreira da magistratura, do ministério público e de juristas.

b) Os magistrados que compõem o Tribunal de Justiça serão escolhidos pelos critérios de antiguidade e merecimento.

c) Os membros do Tribunal serão nomeados pelo Governador do Estado e tomarão posse perante o Tribunal Pleno em sessão solene especialmente designada.

d) O Tribunal de Justiça tem como membros os Desembargadores.

e) A alteração no número de membros é de iniciativa do Tribunal por meio de projeto de lei encaminhada ao Poder Legislativo.

**27.** As comarcas do Estado do Ceará classificam-se em

a) 1ª Entrância, 2ª Entrância e Entrância Especial

b) Entrância Inicial e Entrância Especial

c) 1ª Entrância, 2ª Entrância, 3ª Entrância e Entrância Especial

d) Entrância Inicial, Entrância Intermediária e Entrância Final

e) 1ª Instância e 2ª Instância



**28.** Para a implantação de comarca nova é necessário, entre outros

- a) população mínima de 10.000 habitantes e eleitorado não inferior a 70% de sua população.
- b) população mínima de 15.000 habitantes e eleitorado não inferior a 60% de sua população.
- c) população mínima de 20.000 habitantes e eleitorado não inferior a 50% de sua população.
- d) população mínima de 30.000 habitantes e eleitorado não inferior a 40% de sua população.
- e) população mínima de 50.000 habitantes e eleitorado não inferior a 30% de sua população.

### **DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**29.** De acordo com o previsto na Lei 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, é correto afirmar que

- a) o atendimento prioritário assegurado à pessoa com deficiência não é extensivo ao acompanhante ou ao atendente pessoal, sem qualquer ressalva prevista na Lei.
- b) a pessoa com deficiência está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.
- c) a deficiência não afeta o direito de conservar a fertilidade, sendo obrigatória a esterilização compulsória quando houver recomendação médica.
- d) a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para casar e constituir união estável.
- e) a pessoa com deficiência tem atendimento prioritário no que diz respeito ao acesso à informação e à isenção do imposto de renda.

**30.** De acordo com a Res. CNJ 230/2016, a colocação competitiva é uma das modalidades de inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Quando desenvolvido o trabalho com apoio, a colocação competitiva deve observar, entre outras, a seguinte diretriz:

- a) prioridade no atendimento à pessoa com deficiência idosa no campo de trabalho.
- b) modelamento do perfil vocacional de acordo com a limitação de longo prazo.
- c) oferta de aconselhamento e de apoio aos empregadores quanto à relevância social da contratação de pessoas com deficiência.
- d) impossibilidade de participação da sociedade civil.
- e) articulação intersetorial das políticas públicas.

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**31.** Luiz Enrique, espanhol, é casado com Sueli, brasileira, com quem possui 2 filhos brasileiros. Em acidente de automóvel, Luiz Henrique vem a falecer, deixando como herança dois imóveis situados no Rio de Janeiro. Considerando-se a situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) A sucessão dos bens de Luiz Enrique situados no Brasil será regulada pela lei brasileira, em virtude do critério *lex rei sitae*.
- b) A sucessão dos bens de Luiz Enrique situados no Brasil será regulada pela lei espanhola.
- c) A sucessão dos bens de Luiz Enrique situados no Brasil poderá ser regulada pela lei brasileira ou pela lei estrangeira, a depender da opção feita por seu cônjuge brasileiro.
- d) A sucessão dos bens de Luiz Enrique situados no Brasil será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge e dos filhos brasileiros, desde que não lhes seja mais favorável a lei espanhola.
- e) A sucessão dos bens de Luiz Enrique situados no Brasil será regulada pela lei espanhola sempre que a lei brasileira for mais favorável aos interesses do cônjuge e dos filhos brasileiros.

**32.** Matheus nasceu em território brasileiro, filho de pais italianos que estavam morando no Brasil por trabalharem em empresa multinacional. Ele ficou sabendo que, por ser descendente de italianos, poderá adquirir a nacionalidade originária daquele País. Com isso em mente, procura um advogado na Itália, que lhe recomenda ingressar com pedido administrativo junto a autoridades públicas italianas.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) Matheus não é brasileiro nato, uma vez que seus pais são italianos. Assim, apesar de ele ter nascido no Brasil, a aplicação do critério *jus sanguinis* impede que ele seja considerado brasileiro nato.
- b) Ao adquirir a nacionalidade italiana, Matheus perderá a nacionalidade brasileira.
- c) Matheus é brasileiro nato, uma vez que, apesar de ser filho de italianos, nasceu em território brasileiro. Ao adquirir a nacionalidade italiana, Matheus não perderá a nacionalidade brasileira.
- d) Caso Matheus pratique um crime na Itália, o Brasil poderá extraditá-lo.
- e) Por ser filho de italianos e ter nascido no Brasil, Matheus será brasileiro naturalizado.

**33.** Solange tem 16 anos de idade e pretende ingressar no mercado de trabalho. Seu irmão, Miguel, tem 14 anos e também deseja começar a trabalhar na iniciativa privada. Diante disso, eles procuram a orientação de um advogado trabalhista, que lhes esclarece dos seus direitos.

Assinale alternativa correta sobre os direitos de Solange e Miguel:

- a) Miguel somente poderá trabalhar a partir dos 16 anos. Solange poderá exercer trabalho noturno, perigoso ou insalubre a partir dos 18 anos.
- b) Miguel poderá trabalhar como menor aprendiz a partir dos 14 anos. Solange poderá exercer qualquer tipo de trabalho, inclusive noturno, perigoso ou insalubre.
- c) Miguel e Solange somente poderão trabalhar formalmente a partir dos 18 anos.
- d) Miguel não pode exercer qualquer tipo de trabalho. Solange poderá trabalhar como menor aprendiz.
- e) Solange não poderá exercer trabalho noturno, perigoso ou insalubre. Miguel poderá trabalhar como menor aprendiz.

**34.** Levandólares e Américo Pisca-Pisca são juízes federais vinculados ao TRF 1a Região, tendo ingressado na carreira da Magistratura há menos de 1 (um) ano.

Por ser suspeito de favorecer amigo em processo judicial, Levandólares sofre processo disciplinar no TRF 1a Região. O Tribunal, por maioria absoluta, determina a perda do cargo de Levandólares.

Américo Pisca-Pisca, por sua vez, é removido de ofício por decisão da maioria absoluta do TRF 1a Região, em virtude de estar perseguindo poderoso empresário da região.

Diante das situações acima apresentadas, assinale a alternativa correta:

- a) Levandólares não pode perder o cargo em virtude da garantia da vitaliciedade.
- b) Levandólares não tem a garantia da vitaliciedade, que só é adquirida após 3 (três) anos de efetivo exercício.
- c) Américo Pisca-Pisca não pode ser removido de ofício, em virtude da garantia da inamovibilidade.
- d) Américo Pisca-Pisca pode ser removido de ofício por decisão da maioria absoluta do TRF 1a Região.
- e) América Pisca-Pisca e Levandólares irão adquirir a inamovibilidade após 2 anos de efetivo exercício.

**35.** Assinale a alternativa CORRETA sobre os remédios constitucionais:

- a) O mandado de injunção será concedido sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

b) O habeas corpus, remédio constitucional destinado a proteger a liberdade de locomoção, não pode ser impetrado por pessoa jurídica.

c) O habeas corpus pode ser impetrado com o objetivo de assegurar o exercício do direito de reunião.

d) As associações legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos 6 meses têm legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo.

e) Ação popular contra ato do Presidente da República deverá ser proposta perante o STF.

**36.** Em plebiscito, a população do Estado Alfa aprovou o desmembramento de parte do seu território e a respectiva incorporação ao Estado Beta. Na sequência, as Assembleias Legislativas dos Estados Alfa e Beta aprovaram lei complementar para materializar essa alteração federativa.

À luz da Constituição Federal e segundo a jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta:

a) O procedimento descrito está incorreto, uma vez que as alterações federativas envolvendo Estados somente se materializam por meio da edição de lei complementar pelo Congresso Nacional.

b) Não há necessidade de se consultar toda a população do Estado Alfa, mas apenas a população da área que está sendo desmembrada.

c) Havendo aprovação da população diretamente interessada mediante plebiscito, as Assembleias Legislativas são obrigadas a editar lei complementar materializando a alteração federativa.

d) O procedimento descrito está correto, uma vez que, além de a população diretamente interessada ter tido a oportunidade de se manifestar, também houve a participação das Assembleias Legislativas.

e) A forma federativa de estado é cláusula pétrea do texto constitucional, motivo pelo qual o procedimento descrito no enunciado não poderá ocorrer.

**37.** Assinale a alternativa CORRETA sobre os aspectos constitucionais da Administração Pública:

a) A Constituição Federal de 1988 não autoriza que estrangeiro ocupe cargo público.

b) Os cargos em comissão destinam-se exclusivamente a servidores ocupantes de cargo efetivo.

c) Os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.

d) Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

e) Não é possível a acumulação de cargo público efetivo com o mandato de Vereador.



**38.** Lei estadual, de iniciativa parlamentar, estabeleceu que as empresas que patrocinarem bolsas de estudo em curso superior para professores poderão, em contrapartida, exigir dos beneficiários que lhes prestem serviço para a implementação de projetos de alfabetização ou de aperfeiçoamento de seus empregados, bem como outras atividades compatíveis com a sua formação profissional.

À luz da situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) A lei estadual é inconstitucional, uma vez que invade competência privativa da União.
- b) A lei estadual padece de inconstitucionalidade formal (ou nomodinâmica), já que há vício de iniciativa.
- c) A lei estadual é constitucional, não havendo que se falar em invasão de competência da União, tampouco em vício de iniciativa.
- d) A lei estadual é constitucional, uma vez que é competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.
- e) A lei estadual é inconstitucional, uma vez que é competência privativa da União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.

**39.** Sobre as funções essenciais à Justiça, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os membros do Ministério Público da União (MPU) que oficiam perante Tribunais serão processados e julgados, originariamente, nos crimes comuns e de responsabilidade, pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) O Ministério Público não pode propor ação civil pública para impugnar a cobrança de tributos, em defesa de contribuinte.
- c) Segundo o STF, é constitucional a criação de procuradorias autárquicas pelos Estados-membros.
- d) O Procurador-Geral da República será nomeado pelo Presidente da República, a partir de lista tríplice, após autorização do Senado Federal.
- e) O Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e o Ministério Público Eleitoral.

**40.** Entidade do "Sistema S" emprega recursos públicos na aquisição de imóveis por valores acima do padrão de mercado, o que chama a atenção do Tribunal de Contas da União. Com vistas a apurar o fato, o TCU instaura procedimento de tomada de contas especial em face da entidade, o qual tramita em sigilo.

A empresa XYZ Incorporações Imobiliárias S/A, receosa de estar envolvida em irregularidades com a referida entidade estatal do "Sistema S", solicita ao TCU que lhe forneça acesso aos autos do processo de tomada de contas especial. O TCU, todavia, nega o acesso aos autos do processo, alegando que ele tramita em sigilo.

Diante da situação apresentada, a empresa XYZ Incorporações Imobiliárias:

- a) poderá impetrar habeas data perante o STF.
- b) poderá impetrar habeas data perante o STJ.
- c) poderá impetrar mandado de segurança perante o STF.
- d) poderá impetrar mandado de segurança perante o STJ.
- e) não poderá fazer uso de nenhum remédio constitucional, uma vez que não é interessada no processo de tomada de contas especial.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**41.** Gilmar recebeu uma notificação em sua residência com informações de que ele realizou conversão em local proibido enquanto dirigia o seu veículo. O documento de notificação mencionava o horário, o local, a placa e outras informações, mas não foi acompanhado de imagens demonstrando a suposta conversão irregular. Em sua defesa, Gilmar alegou que não poderia ser sancionado, uma vez que a aplicação da pena dependeria da comprovação inequívoca, acompanhada de conteúdo probatório, de que ele de fato cometeu a irregularidade.

Considerando a doutrina do Direito Administrativo, a defesa de Gilmar, nessa situação:

- a) será indeferida, uma vez que os atos administrativos gozam de presunção de veracidade, cabendo a Gilmar o ônus de provar que não cometeu a infração.
- b) será deferida, pois os atos administrativos gozam apenas de presunção relativa de veracidade e de legitimidade.
- c) será indeferida, em virtude do atributo da autoexecutoriedade, que permite que a administração imponha obrigações a terceiros, mesmo que estes não concordem com o seu conteúdo.
- d) será indeferida, em razão do atributo da imperatividade, uma vez que a administração poderá executar as suas decisões, mesmo sem ordem ou autorização judicial.
- e) será deferida, pois a aplicação de sanções pelo Estado não goza dos mesmos atributos dos demais atos administrativos.

**42.** Olivia cometeu suposta infração administrativa e, após regular processo administrativo, foi sancionada pela autoridade competente. Pedro é comerciante e foi autuado e depois multado por vender produtos com data de validade já expirada. Luana fiscalizou a atuação de seus subordinados, desfazendo os atos que entendeu ilegais.

Em relação aos poderes administrativos, podemos dizer que as três situações acima configuram, respectivamente, os poderes:

- a) de polícia, regulamentar e disciplinar.
- b) regulamentar, discricionário e vinculado.
- c) disciplinar, regulamentar e de polícia.
- d) de polícia, hierárquico e normativo.
- e) disciplinar, de polícia e hierárquico.

**43.** Uma unidade administrativa do Tribunal de Justiça do Ceará identificou que os servidores do órgão estavam com dificuldades de operacionalizar um novo software que foi especificamente desenvolvido para o Tribunal. O contrato de desenvolvimento do programa não tinha previsão para o treinamento e capacitação dos servidores para utilizar o novo sistema. Por isso, tornou-se necessário firmar um novo contrato para que a empresa que desenvolveu o programa pudesse prestar o treinamento aos servidores. Ademais, o orçamento para o serviço foi estimado em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), pois seriam realizados cursos em distintas unidades do Tribunal.

O setor jurídico foi chamado a se pronunciar e indicou que a contratação:

- a) poderá ocorrer por inexigibilidade, uma vez que o treinamento constitui serviço técnico, sendo o caso singular e a empresa possui notória especialidade, pois foi quem desenvolveu o programa.
- b) poderá ocorrer por dispensa de licitação, uma vez que se trata de serviço complementar ao firmado anteriormente.
- c) deverá ocorrer por meio de concorrência pública, pois se trata de serviço complexo.
- d) deverá ocorrer por meio de tomada de preços, por expressa determinação legal.
- e) deverá ocorrer por meio de convite, em virtude do valor estimado da contratação.

**44.** Uma das prerrogativas da administração nos contratos administrativos é a fiscalização de sua execução. Para tanto, a administração deverá:

- a) contratar empresa com capacidade técnica para realizar as medições e impor as medidas sancionatórias.
- b) designar o seu representante, que acompanhará e fiscalizará a execução contratual, podendo ainda contratar terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.
- c) designar uma comissão composta por no mínimo dois servidores efetivos, pertencentes aos quadros permanentes do órgão, para que decidam, mediante deliberação, sobre a execução contratual.
- d) designar o seu próprio preposto, encarregado de dirigir os trabalhos da empresa contratada, emitindo ordens e definindo a qualidade do material a ser empregado.
- e) a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado reduzirá ou excluirá a responsabilidade do contratado pelos danos causados a terceiros, a depender da profundidade das medidas de controle adotadas.

**45.** As agências reguladoras são entidades administrativas instituídas no contexto da redefinição do papel do Estado, que passou a diminuir a sua prestação direta de serviços, preocupando-se mais com o controle, regulação e fiscalização dessas atividades.

A respeito do regime jurídico das agências reguladoras, marque a opção correta.

- a) As agências reguladoras são autarquias ou fundações regularmente qualificadas após a celebração de contrato de gestão.
- b) As agências reguladoras pertencem à administração direta, uma vez que exercem atividades típicas de Estado.
- c) Na solução de conflitos entre os usuários e os prestadores de serviços públicos, as agências exercem função jurisdicional típica.
- d) As agências reguladoras são autarquias sob regime especial, notadamente pelo período de mandato fixo de seus membros.
- e) Em regra, as agências submetem-se ao controle hierárquico do Poder Executivo em relação às suas decisões ligadas às suas funções finalísticas

**46.** O Tribunal de Justiça do estado do Ceará condenou um responsável à pena privativa de liberdade. Após os procedimentos legais aplicáveis, o condenado foi preso, passando a cumprir a penalidade aplicada. Contudo, em virtude de erro no controle de prazo, constatou-se que ele ficou preso por período além do fixado na sentença. Considerando essa situação hipotética e as disposições sobre a responsabilidade civil do Estado, marque a alternativa correta.

- a) Não haverá responsabilidade estatal, uma vez que não houve dano de origem patrimonial.
- b) O servidor responsável pelo controle do prazo será responsabilizado de forma primária e pessoal.
- c) O Estado não poderá ser responsabilizado, pois o advogado do preso tinha a responsabilidade de requisitar a sua liberdade, uma vez que inexistente responsabilidade do Estado por ato jurisdicional.
- d) A Constituição Federal assegura a indenização àquele que ficar preso além do tempo fixado na sentença.
- e) O Estado não poderá ser responsabilizado, uma vez que inexistente responsabilização estatal por atos jurisdicionais.

**47.** Ana é médica concursada e atua na rede pública de saúde de um município do Ceará. Alguns anos depois, ela prestou novo concurso público, porém para cargo de médico na rede estadual. Nessa situação, se Ana for nomeada para o novo cargo, ela:

- a) terá que escolher entre um dos dois cargos, em virtude da vedação constitucional à acumulação de cargos públicos.
- b) poderá acumular os dois cargos, mas a soma das duas remunerações não poderá extrapolar o teto constitucional remuneratório.
- c) poderá exercer os dois cargos, desde que haja compatibilidade de horários, sendo que o teto constitucional remuneratório deverá ser observado em cada cargo, individualmente.
- d) não poderá acumular os cargos, independentemente dos horários, uma vez que não existe vedação à acumulação remunerada de cargos públicos.
- e) somente poderá acumular porque os cargos são para esferas distintas da Federação.

**48.** O Tribunal de Contas do Estado julgou as contas do ordenador de despesas de uma unidade administrativa do Tribunal de Justiça do Ceará.

Essa hipótese, trata do controle:

- a) interno, eis que o Tribunal de Contas é órgão do Poder Judiciário encarregado do controle da atividade administrativa deste Poder.
- b) posterior e externo, uma vez que o julgamento das contas ocorre após o decurso do exercício em questão e o Tribunal de Contas não compõe a estrutura do Poder Judiciário.
- c) vedado, uma vez que o Tribunal de Contas somente possui competência para emitir parecer prévio.
- d) por subordinação, pois o Tribunal de Contas se encontra no ápice da estrutura administrativa estatal.
- e) jurisdicional e a *priori*, já que é realizado por um Tribunal com competência própria para realizar o julgamento de contas.

**49.** Keyla foi aprovada em concurso público e ingressou no novo cargo, passando a desempenhar funções ligadas ao atendimento ao público, como a emissão de alvarás e certidões. Porém, meses após o ingresso no cargo, constatou-se que Keyla não atendia aos requisitos necessários à investidura no cargo. Por esse motivo, o seu provimento foi desfeito.

Nesse caso, os atos editados por Keyla

- a) permanecerão válidos, desde que não contenham outros vícios, aplicando-se os princípios da impessoalidade e da segurança jurídica.
- b) serão desfeitos, em virtude de vício de competência, prevalecendo o princípio da legalidade.
- c) serão considerados válidos, desde que tenham sido publicados, em homenagem ao princípio da publicidade.

d) serão considerados imorais e, portanto, serão necessariamente desfeitos.

e) permanecerão válidos, mesmo que possuam outros vícios, uma vez que o desfazimento do ato de provimento consolida os atos editados por Keyla.

**50.** O Governo Federal realizou diversos procedimentos de desestatização e também de transferência de ativos. Além disso, uma medida que está sendo estudada é a conversão de algumas empresas públicas em sociedades de economia mista. Se isso ocorrer:

- a) as entidades somente poderão admitir, a partir da conversão, capital de origem pública.
- b) as empresas estatais que se tornarem sociedades de economia mista deixarão de se submeter ao controle do Tribunal de Contas.
- c) as entidades convertidas não serão mais obrigadas a realizar licitação.
- d) as entidades poderão ser organizadas sob qualquer forma jurídica prevista no ordenamento jurídico.
- e) a competência para o julgamento de novos litígios envolvendo as entidades mencionadas deixará de ser da Justiça Federal e passará para a Justiça Estadual.

#### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**51.** Alfredo propôs ação de indenização por danos morais contra Henrique. Na petição inicial, Rodrigo requer a concessão de gratuidade da justiça sem apresentar declaração de hipossuficiência. A gratuidade é concedida pelo Juízo. Nesta hipótese, qual o meio hábil para impugnar esta decisão?

- a) agravo de instrumento, sob pena de preclusão.
- b) preliminar de contestação, sem a instauração de incidente apartado.
- c) simples petição, no prazo de quinze dias a partir da data da citação, sob pena de preclusão.
- d) simples petição e a qualquer tempo do processo, uma vez que o deferimento da gratuidade não gera preclusão.
- e) mandado de segurança, por violação de direito líquido e certo.

**52.** Em uma execução autônoma, por força de uma nota promissória vencida, no valor de cem mil reais, o devedor Pedro é citado e não realiza o pagamento da dívida no prazo legal de três dias. Todavia, ainda no prazo dos embargos, reconhece o crédito do exequente e deposita 30% do valor da dívida, acrescida das custas e honorários, e requer o parcelamento do débito restante em seis parcelas mensais, acrescidas de correção e juros legais. Ainda sem manifestação do juízo sobre seu requerimento de parcelamento, Pedro opõe os embargos no último dia legal do prazo, alegando excesso de execução.

Nessa hipótese, deverão ser os embargos:



- a) admitidos, pois haveria preclusão temporal caso não admitido pelo juízo o parcelamento requerido.
- b) inadmitidos, pois a opção pelo parcelamento importa renúncia ao direito de opor embargos.
- c) admitidos, e a opção desta via defensiva importa em desistência ao requerimento de parcelamento ainda não apreciado.
- d) inadmitidos, pois não cabe discutir excesso de execução em título executivo extrajudicial.
- e) inadmitido, pois, no caso de alegação de excesso, o parcelamento somente será admitido se o depósito prévio for de 50%.

**53.** Paulo propôs ação contra Júlio e dela saiu vencedor. O juízo condenou Júlio ao pagamento de honorários advocatícios para o patrono de Paulo. Quanto às regras que permeiam os honorários advocatícios, assinale a alternativa correta.

- a) Serão devidos honorários na reconvenção, no cumprimento definitivo de sentença, na execução resistida e nos recursos, não se aplicando ao cumprimento provisório de sentença e às execuções não resistidas.
- b) Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de quinze por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
- c) O percentual a ser aplicado à título de honorários advocatícios variará de acordo com o grau de zelo profissional, o local da prestação de serviços, a natureza e importância da causa e o trabalho realizado e o tempo e serviço exigido.
- d) Serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório mesmo quando não tenha sido impugnada.
- e) Os honorários serão fixados entre o mínimo de cinco e o máximo de quinze por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

**54.** Théo, advogado da parte autora, em ação de indenização por danos decorrentes de acidente automobilístico, obteve uma decisão liminar em agravo de instrumento em curso perante o Tribunal de Justiça para que a parte ré seja obrigada a pagar valores necessários para a subsistência do autor, uma vez que o acidente ocasionou a perda da capacidade laboral. Tal medida liminar deve ser cumprida por intermédio de carta:

- a) de ordem, dirigida ao juízo de origem onde tramita o feito principal.
- b) rogatória, por livre distribuição no local onde a medida deve ser cumprida.
- c) de cumprimento, por livre distribuição na Comarca onde tramita o feito principal.

- d) precatória, dirigida ao juízo de origem onde tramita o feito principal.
- e) determinante, dirigida ao juízo de origem onde tramita o feito principal.

**55.** Em uma ação de cobrança, baseada em título extrajudicial, movida por Letícia contra Guilherme, o juízo, em decisão fundamentada, decidiu pela inversão do ônus da prova, uma vez que verificou a maior facilidade de obtenção de prova por parte de Guilherme. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz não precisará dar à Guilherme a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído, uma vez que a decisão de inversão do ônus da prova foi devidamente fundamentada.
- b) A inversão do ônus da prova pode ocorrer por convenção entre Guilherme e Letícia, exceto em caso de direito indisponível ou caso se torne excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.
- c) Eventual negócio jurídico entre Guilherme e Letícia com redistribuição do ônus da prova apenas poderá ser celebrada antes do processo.
- d) Da decisão do juízo pela inversão do ônus da prova, Guilherme não poderá recorrer por falta de previsão legal.
- e) O juiz não precisará dar à Guilherme a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído, uma vez que, em razão da facilidade de obtenção da prova, o réu já tinha a responsabilidade de produzi-la.

**56.** Segundo o CPC, não constitui título executivo:

- a) a certidão de Dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.
- b) o contrato de seguro de vida, no caso de óbito.
- c) o documento particular, desde que assinado pelo devedor e por uma testemunha.
- d) o crédito referente a contribuições de condomínio edilício, previstas na convenção ou aprovadas em assembleia, desde documentalmente comprovados.
- e) a certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.

**57.** Os doze primeiros dispositivos do Código de Processo Civil tratam de normas-base com regras e princípios que regulam o processo. Essas normas não apresentam um rol taxativo, uma vez que há regras e princípios base espalhados por todo o código. Com base no excerto acima, assinale a alternativa correta.

- a) A garantia do contraditório impede que, em qualquer hipótese, se profira decisão ou se conceda tutela provisória contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida (decisão surpresa).
- b) A boa-fé no processo tem a função de estabelecer comportamentos probos e éticos aos diversos personagens do processo e restringir ou proibir a prática de atos atentatórios à dignidade da justiça.
- c) O princípio da cooperação atinge somente as partes do processo que devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.
- d) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e econômicos e às exigências do bem público, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana.
- e) O princípio do duplo grau de jurisdição, expresso tanto na Constituição como no Código de Processo Civil, sujeita a decisão judicial a quo à reanálise por tribunal.

**58.** Após o trâmite da ação de conhecimento, é proferida sentença de parcial procedência condenando o réu a indenizar a parte autora em R\$ 200.000,00. Intimado para pagar o débito, o réu faz o pagamento apenas de metade do valor em razão da difícil situação financeira.

Nesse caso o débito será acrescido de multa de:

- a) dez por cento e de honorários advocatícios de dez por cento sobre os R\$ 200.000,00 mil reais.
- b) dez por cento e de honorários advocatícios de dez por cento sobre o valor restante de R\$ 100.000,00.
- c) dez por cento sobre o valor restante de R\$ 100.000,00 mil reais e de dez por cento de honorários advocatícios sobre os R\$ 200.000,00.
- d) dez por cento sobre o valor restante de R\$ 100.000,00 e, em face da sucumbência recíproca, sem honorários advocatícios.
- e) vinte por cento e de honorários advocatícios de dez por cento sobre os R\$ 100.000,00 mil reais.

**59.** As partes, em contrato de compra e venda, convencionaram sobre os ônus e deveres processuais na hipótese de demanda que possa ser ajuizada decorrente do contrato. Firmaram que, se houvesse necessidade de ação judicial para dirimir qualquer conflito em relação ao negócio jurídico, e tendo em vista a possibilidade legal de autocomposição, o autor não teria o ônus de provar a existência do contrato e que o réu não poderá apresentar contestação.

Diante dessas cláusulas:

- a) o juiz não poderá invalidar essas convenções, pois se trata de direito disponível às partes.

b) estas convenções são nulas de pleno direito, pois convencionadas antes da existência do processo.

c) o juiz controlará a validade das convenções de ofício, e deverá admiti-las por se tratarem de direitos de natureza processual disponível.

d) o juiz controlará a validade destas convenções, recusando, de ofício, a cláusula que impossibilita o réu contestar.

e) o juiz não deverá homologar tão somente a convenção que impede o exercício do direito de defesa do réu.

**60.** Gilberto, adolescente de 17 anos, assistido por sua mãe, Lacir – única representante legal do adolescente –, celebrou contrato de compra e venda de um notebook com Juliano. Após a entrega do bem, Gilberto comprometeu-se a pagar R\$ 5.000,00 em 5 dias, mas, injustificadamente, não realizou o pagamento. Tendo em vista que não houve eleição de foro, Juliano ajuizará ação de cobrança no foro da comarca:

- a) de domicílio de Lacir.
- b) do local onde ocorrera a entrega do bem.
- c) de seu próprio domicílio.
- d) do local em que deveria ter ocorrido o pagamento.
- e) de domicílio de Gilberto, ainda que diverso do domicílio de Lacir.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

**61.** Maria é investigada em inquérito policial pela prática do crime de furto qualificado pelo emprego de fraude. Ao final das investigações, o MP chega à conclusão de que não há prova da materialidade, ou seja, não há prova da existência do crime, nem indícios suficientes de autoria, motivo pelo qual promove pelo arquivamento do IP. O arquivamento é homologado pelo Juiz competente, por falta de base para a denúncia.

Neste caso, é correto afirmar que:

- a) é possível a retomada futura das investigações, desde que haja notícia da existência de prova nova.
- b) não é possível a retomada futura das investigações, ainda haja notícia da existência de prova nova.
- c) não é possível a retomada futura das investigações, salvo se houver requerimento da vítima, mesmo sem novas provas.
- d) é possível a retomada futura das investigações, ainda que sem notícia de prova nova.
- e) é possível a retomada futura das investigações, ainda que não haja notícia da existência de prova nova, mas será necessária autorização judicial para tanto.

**62.** José responde a processo por determinado crime, tendo sido citado para apresentar resposta à acusação, no prazo de 10 dias. José apresenta tempestivamente sua resposta à acusação. Posteriormente, entra em vigor nova Lei, alterando o prazo de apresentação da resposta à acusação para 05 dias apenas. Após a alteração legislativa, o MP adita a denúncia para incluir o réu Pedro, que também é citado para apresentar resposta à acusação.

Neste caso, é correto afirmar que:

- a) A lei nova deve ser aplicada tanto a José quanto a Pedro, de forma que José deverá apresentar novamente sua resposta à acusação.
- b) A lei nova não será aplicável no referido processo.
- c) a lei nova é aplicável imediatamente ao processo em curso, mas somente aos atos processuais futuros, de forma que Pedro deverá apresentar resposta à acusação em 05 dias, mas isso não prejudica a validade da resposta à acusação já apresentada por José.
- d) A lei nova somente seria aplicável ao processo caso fosse benéfica aos acusados.
- e) A lei nova somente terá aplicação a partir da próxima fase processual.

**63.** José foi vítima de um crime de ação penal pública incondicionada. Encerrado o inquérito policial, o membro do MP recebeu os autos do IP, mas não ofereceu a denúncia nem adotou qualquer providência válida dentro do prazo legal.

Neste caso, é correto afirmar que:

- a) A vítima não poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública.
- b) A vítima somente poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública se houver pedido expresso de arquivamento do inquérito.
- c) A vítima poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, dentro do prazo de seis meses a contar da ciência da autoria.
- d) A vítima poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, dentro do prazo de seis meses a contar da data do fato criminoso.
- e) A vítima poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública, dentro do prazo de seis meses a contar do esgotamento do prazo para o MP.

**64.** Maria foi vítima de um crime de ação penal privada, em tese praticado por Pedro e Paulo. Após descobrir a autoria delitiva, Maria decide ajuizar queixa-crime em face de Pedro, com quem nunca teve bom relacionamento. Todavia, decide não ajuizar queixa-crime em face de Paulo, pois ainda tinha esperança em retomar a amizade com este infrator.

Neste caso, é correto afirmar que:

- a) Maria poderá ajuizar queixa-crime apenas em face de Pedro, pelo princípio da divisibilidade.
- b) Maria não poderá ajuizar queixa-crime apenas em face de Pedro, pelo princípio da indivisibilidade.
- c) Maria não poderá ajuizar queixa-crime apenas em face de Pedro, pelo princípio da oportunidade.
- d) Maria não poderá ajuizar queixa-crime apenas em face de Pedro, pelo princípio da obrigatoriedade.
- e) Maria poderá ajuizar queixa-crime apenas em face de Pedro, pelo princípio da oportunidade.

**65.** A perempção é causa de extinção da punibilidade em razão da negligência do querelante na condução da causa. Acerca deste fenômeno processual, assinale a alternativa que NÃO representa uma hipótese que conduz à perempção:

- a) quando iniciada a ação penal, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 15 dias seguidos.
- b) quando, falecendo o querelante, ou sobrevivendo sua incapacidade, não comparecer em juízo, para prosseguir no processo, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, qualquer dos legitimados.
- c) quando o querelante deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente.
- d) quando o querelante deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais.
- e) quando, sendo o querelante pessoa jurídica, esta se extinguir sem deixar sucessor.

**66.** Marcelo caminhava tranquilamente pela rua quando foi abordado por Jonas que, de posse de uma faca, por meio de grave ameaça, exigiu da vítima a entrega de seu celular. Marcelo entrega o celular, mas mesmo assim Jonas dá uma facada no braço esquerdo de Marcelo e foge. Algumas horas depois, Jonas é abordado por policiais que desconfiaram da postura suspeita do mesmo. Na busca pessoal, os policiais encontram com Jonas uma faca ensanguentada e o celular da vítima, oportunidade na qual deram voz de prisão a Jonas.

Neste caso, é correto afirmar que:

- a) houve flagrante presumido ou ficto
- b) houve esperado
- c) houve flagrante impróprio ou quase flagrante
- d) houve flagrante próprio
- e) não houve situação válida de flagrante, motivo pelo qual a prisão foi ilegal



**67.** A prisão preventiva é modalidade de prisão cautelar que pode ser decretada em qualquer fase da investigação ou do processo penal, sendo cabível quando presentes os pressupostos e preenchidos alguns requisitos.

Sobre a prisão preventiva, é correto afirmar que:

- a) para sua decretação é necessário que haja prova da materialidade e da autoria delitiva.
- b) é cabível para a garantia da ordem pública, quando se tratar de crime cuja pena máxima seja superior a 02 anos.
- c) é cabível para preservar a instrução processual, quando se tratar de reincidente em crime doloso ou culposo.
- d) é incabível se restar comprovado nos autos que o agente atuou amparado por excludente de ilicitude.
- e) não é cabível em caso de descumprimento de medida cautelar diversa da prisão.

**68.** A fiança é medida cautelar que pode ser arbitrada tanto pelo Juiz quanto pela autoridade policial. De acordo com o Código de Processo Penal, a autoridade policial somente poderá arbitrar fiança:

- a) no caso de infração penal dolosa
- b) no caso de crimes hediondos ou equiparados
- c) no caso de infrações de menor potencial ofensivo
- d) no caso de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos.
- e) no caso de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 08 (oito) anos.

**69.** Em se tratando do rito especial previsto para o processo e julgamento dos crimes afiançáveis de responsabilidade dos funcionários públicos, é correto afirmar que, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará

- a) a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de dez dias.
- b) a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias.
- c) a citação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de dez dias.
- d) a citação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias.
- e) a notificação do acusado, para apresentar justificção preliminar, em 05 dias.

**70.** É cabível o manejo do habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, salvo nos casos de punição disciplinar. Sobre a petição de habeas corpus, é INCORRETO afirmar que:

- a) a petição de habeas corpus deverá conter o nome da pessoa que sofre ou está ameaçada de sofrer violência ou coação.

b) a petição de habeas corpus deverá conter o nome de quem exercer a violência, coação ou ameaça.

c) a petição de habeas corpus deverá conter a assinatura do paciente.

d) a petição de habeas corpus deverá conter a assinatura do impetrante ou de alguém a seu rogo, quando não souber ou não puder escrever.

e) a petição de habeas corpus deverá conter a declaração da espécie de constrangimento ou, em caso de simples ameaça de coação, as razões em que funda o seu temor.

**QUESTÃO DISCURSIVA**

Já faz mais de um século desde que a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea pondo fim à escravidão no Brasil; entretanto, o que parecia ser um conto de fadas nunca teve um final feliz. Até hoje, em pleno século XXI, o Brasil continua a sofrer a vergonha internacional do desrespeito à dignidade humana com a continuação do trabalho escravo. (...)

A falta de emprego e os insuficientes investimentos no combate à seca fazem do Nordeste o celeiro ideal para a atuação dos "gatos", nome dado aos aliciadores que percorrem as cidades do interior com falsas promessas de emprego. Em troca de porcentagens pagas por cada nova mão de obra, os "gatos" lucram enganando dezenas de pais de família que saem em busca de dias melhores e acabam virando escravos pelo Brasil afora.

<http://reporterbrasil.org.br/2006/09/escravos-do-seculo-xxi/>

Com base no texto acima, responda à seguinte questão: quais são as implicações do trabalho escravo na sociedade contemporânea?

Elabore um texto dissertativo-argumentativo em que você procure analisar as causas e consequências do trabalho escravo na sociedade contemporânea. Aponte uma solução.

Redija o texto em língua culta, observando especialmente a pertinência de seus argumentos com, no mínimo, 20 (vinte) linhas e no máximo, 30 (trinta) linhas.

---

**Obs.:** disponibilizamos um serviço de correção especificamente para este simulado, em conformidade com os critérios utilizados pela banca Cebraspe (Cespe).

Link para correção da sua discursiva:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorConcurso/discursivas-para-concursos/>

# FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



# Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-Técnico-Judiciário-27-07>

***Não é assinante?***

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!*



**ASSINATURA  
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO\*  
SEM PREOCUPAÇÃO**

**1 ANO**  
12X R\$ 199,97

**2 ANOS**  
12X R\$ 333,97

\*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE